



A AVALIAÇÃO NO ENSINO DE FILOSOFIA: POSSIBILIDADES PARA UM FAZER FILOSOFIA E UMA EXPERIÊNCIA DO PENSAR EM SALA DE AULA

Tarciano Silva Batista

Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

tarciano@hotmail.com

RESUMO: Neste trabalho nos propomos a pensar a avaliação no ensino de filosofia no Ensino Médio. Pretendemos demonstrar que o filosofar se estende também para o âmbito da sala de aula. De modo que prática do ensino de filosofia seja, ao mesmo tempo, uma prática filosófica, isto é, um fazer filosofia, conforme mostraremos no debate com Horn e uma experiência do pensar, um exercício do pensamento, para tanto, discutiremos com Kohan. Nenhum dos autores versa diretamente sobre o a avaliação no ensino de filosofia na Brasil, contudo, nos apropriamos dos conceitos para refletimos sobre essa prática educacional. Entendemos que a avaliação em filosofia deve ser pensada no contexto da própria aprendizagem filosófica, nunca como algo estranho a ela. Isto é, muitas vezes o professor de filosofia elabora uma avaliação distante da sua realidade em sala de aula, como também não corresponde ou não estabelece uma ligação com a sua metodologia de trabalho. Compreendemos que o ensino de filosofia é um fazer filosofia, tanto quanto uma experiência do pensar, pretendemos refletir sobre a prática docente do professor de filosofia, de que modo podemos avaliar o desenvolvimento filosófico dos estudantes. Perguntaremos de que maneira podemos pensar a aula de filosofia como um fazer filosófico; em que circunstâncias avaliaremos os estudantes e como saber que resultado se obteve no processo de ensino-aprendizagem de filosofia. Temos como objetivo dialogar com alguns autores que trabalham sobre essa temática com alguns autores e criar um espaço pródico para pensar sobre as possibilidades de um fazer filosofia e uma experiência do pensar em sala de aula dentro do contexto da nossa realidade brasileira.

Palavras-chaves: Avaliação. Ensino de filosofia. Fazer filosofia.

INTRODUÇÃO

Encontrar e romper paradigmas sobre o ensino de filosofia no ensino médio parece ser uma perspectiva incontestável, como também de extrema relevância e estimuladora. Discutir a avaliação, com base em determinadas posturas em detrimentos de outras, naquilo que tange à



prática e metodologia do ensino de filosofia, faz com que novos horizontes possam ser criados, principalmente no que diz respeito ao campo de atuação do filósofo.

A filosofia no século XX e, principalmente, agora no século XXI, vem tomando vários direcionamentos que até então não eram trabalhados pelos filósofos. O pensador Foucault (2011, p. 233), ao proferir uma conferência em 1970, afirma que “[...] há um sintoma que merece ser assinalado: a filosofia, hoje, não passa de um ofício de professor”. Com isso, o autor tenta mostrar que desde Hegel a filosofia passa a ser mais valorizada no seu ensino nas universidades e o principal papel do filósofo era ensiná-la e não mais praticá-la, como ocorria anteriormente com os pensadores que dedicaram suas vidas a escrever, tratados, métodos filosóficos, ensaios, entre outros modelos sem a preocupação de trabalhá-los numa sala de aula.

De fato, este é um questionamento que temos que levar em consideração. Pois, a partir do momento em que a filosofia deixa de ser simplesmente uma prática isolada, do filósofo consigo mesmo, outras formas de filosofar apareceram e são fortemente debatidas na atualidade.

Como, por exemplo, o fato de Foucault preferir se apoiar na literatura, nas artes, nas políticas, ou em qualquer outra atividade que ofereçam escolhas originais, longe de dogmatismos e sistemas já prontos para pensar problemas que desde então nunca foram tratados em âmbito filosófico. Mesmo sabendo que Foucault não se dizia filósofo, consideramos que seus trabalhos trazem e são problemas de cunho filosófico.

Acreditamos que os trabalhos desse autor partem de uma escolha original. Assim como nossa pretensão em fazer da avaliação no ensino de filosofia um questionamento filosófico. Uma vez que nossa escolha não parte de dogmatismos ou mesmo de sistemas prontos como ocorria em alguns casos com a filosofia moderna. Ao ponto de não considerar outra forma de filosofar se não aquelas pautadas nas suas próprias problemáticas, sempre voltando aos mesmos questionamentos, como eram, por exemplo, os questionamentos sobre Deus.

Com isso, reafirmamos o fato do nosso trabalho ser de ênfase filosófica. Pois trazemos questionamentos, argumentos, desenvolvimentos, no próprio âmbito da experiência filosófica. Como veremos no decorrer desse trabalho, a avaliação no ensino de filosofia torna-se um problema da filosofia, sobretudo por trazer uma nova perspectiva para o filosofar no Brasil. Sobretudo, quando consideramos que a experiência da aula de filosofia é uma prática filosófica, segundo a qual temos um professor filósofo e não simplesmente alguém que transmite um conteúdo.

Foucault¹ é um exemplo de que o ofício do professor de filosofia é uma prática filosófica. Pois, nas inúmeras aulas lecionadas, ele não fez uma simples transmissão de conteúdos, pelo contrário, ele refletiu, questionou, interrogou, ou seja, ele fez o que alguns dos autores que iremos trazer para discussão desse trabalho, como Horn e Kohan, denominaram de *fazer filosofia e experiência do pensar* na prática do ensinar filosofia.

Assim, pretendemos demonstrar que o filosofar se estende também para o âmbito da sala de aula. De modo que prática do ensino de filosofia seja, ao mesmo tempo, uma prática filosófica, um *fazer filosofia*, como trabalha Horn² e uma *experiência do pensar*, um exercício do pensamento, como trata Kohan³. Para tanto, dividimos o nosso trabalho em dois momentos: primeiramente discutiremos sobre o ensino de filosofia como exercício do fazer filosofia e sobre o ensino de filosofia como exercício do pensar, nesse meio já serão lançadas as bases e os argumentos que serão discutidos num segundo momento, quando trataremos sobre a avaliação no ensino de filosofia e se de fato estamos conscientes se o nosso trabalho como professor - filósofo favorece a uma experiência do pensar.

¹ Consideramos o fato de que há várias implicações em realizar essa relação, como o cuidado e o respeito com o pensamento de Foucault, que fique claro que aqui são simples hipóteses e que nosso interesse está em simplesmente mostrar um exemplo de um importante pensador do século XX que mesmo não se dizendo filósofo e sendo contra um fazer filosofia, conseguiu exercer o que aqui nos propomos a debater. Isto é, Foucault foi um exemplo de que a filosofia pode ser diferente, que podemos abrir novos horizontes nas pesquisas filosóficas, enfim, o exemplo que trazemos com a figura de Foucault é nesse sentido, de modo arbitrário como também enfático e significativo.

² Para respondermos a essas indagações que diz respeito ao ensino de filosofia como um exercício do fazer filosofia tomamos como base o texto: KOHAN, W. O. *Perspectivas atuais para o Ensino de Filosofia no Brasil*, 2002.

³ Para discorrermos sobre o ensino de filosofia como experiência do pensar, tomamos como base o texto: KOHAN, W. O. *Perspectivas atuais para o Ensino de Filosofia no Brasil*. In: FÁVERO, A.A.; RAUBER, J.J.; KOHAN, W.O. (Org.). **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002, p. 20 - 40.



A AVALIAÇÃO NO ENSINO DE FILOSOFIA COMO EXERCÍCIO DO *FAZER FILOSOFIA*

Pois bem, começaremos pensando sobre o ensino de filosofia, o qual, segundo Horn (2009, p.58) “só é possível então puramente como um exercício do fazer filosofia”. Nesse sentido a filosofia em sala de aula não pode ser somente uma transmissão da história da filosofia, pois o fazer filosofia não se limita a transmissão de uma história, uma vez que não há somente uma história da filosofia.

O exercício do filosofar em sala de aula também não pode ser pensado como aquele puramente racional que toma como base o estatuto de uma historicidade da razão, isto é, o “fazer filosofia” não pode ser somente uma prática da transmissão de uma história linear e evolutiva da racionalidade ocidental para o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Sobre esses questionamentos, no que cerne ao ensinar filosofia tomando como base sua história, Horn (2009, p. 56) afirma que muitos deles surgem quando fazemos referência tanto à “escolha de conteúdos, quanto à escolha de metodologias supostamente mais indicadas no sentido de se tratar adequadamente a difícil tarefa que é ensinar a Filosofia”. Pois bem, pensar as escolhas dos conteúdos e a escolha de metodologias é o ponto introdutório para se pensar a avaliação, uma vez que elas implicam diretamente no processo de aprendizagem filosófica, como veremos a seguir.

Para Horn, a filosofia está na História, ela tem história, como também histórias, o problema está em considerar a filosofia como aquela que visa um objetivo específico de estudos, e este desenvolvido ao longo de uma única história. Como é o caso, por exemplo, do que acontece com a física que estuda a natureza e suas leis. Logicamente que também encontramos descontinuidades e rupturas históricas nas ciências exatas, mas o fato é que podemos afirmar que ela tem como principal objetivo o estudo das regras e leis da natureza, seus métodos e experiências são com vista nisso, por isso então ser considerada uma ciência

natural.

No caso da filosofia é diferente, se ela tomasse como base a busca pela “verdade”, por exemplo, enquanto parâmetros científicos, e fossemos traçando e debatendo, metodologicamente e experimentalmente, sobre determinados momentos ao longo de sua historicidade, sobre a problemática da verdade, veremos que seria impossível verificar uma evolução acumulativa, mesmo se considerarmos suas rupturas. Pois, a filosofia não é uma ciência propriamente dita, como é a física.

Neste sentido, e mesmo se isso fosse de alguma forma possível, como os estudantes iriam aprender o que é a verdade, ao ponto de fazer filosofia? Basta pensarmos na própria história da filosofia para vermos que essa tentativa foi fracassada. É impossível ensinarmos dois milênios para os alunos e eles aprenderem o que é a verdade.

No caso das Ciências Naturais, os incessantes experimentos num laboratório pode levar a aceitação de normas e regras que constatem a evolução de um conceito. Porém, algo assim seria impossível com a filosofia, uma vez que não tinha como realizar experimentações, mesmo que de âmbito subjetivo, de modo a levar os alunos a um entendimento completo e evolutivo de determinado conceito filosófico. Nesse sentido, Horn concorda com Kant ao afirmar que não se pode ensinar a filosofia, mas sim filosofar. Pois, não temos como distribuir ferramentas para os alunos, temos que construí-las com eles, experienciar com eles, fazer com que cada momento experienciado seja um novo momento, um novo fazer filosofia.

A impossibilidade para a delimitação de um tema que seja específico da filosofia, num primeiro momento, pode ser contraditória. Contudo, devemos considerar que, se formos comparar com as outras ciências, não podemos atribuir um objeto específico de modo que possamos da conta dele nas três series do ensino medio. Segundo Horn (2009, p. 59), “é difícil observar a existência de um progresso, uma evolução acumulativa que possa evidenciar, por exemplo, que uma determinada ideia ou um dado conceito represente do ponto de vista da Filosofia, uma ideia ou conceito anterior”.

Com isso não queremos negar a história da filosofia, mas mostra que pode haver



outras formas de ensinar filosofia que não seja aquela forjada diretamente no âmbito de sua historicidade. Quebrando esse paradigma conseguiremos chegar à reflexão que outras formas de pensar a filosofia, para além de uma história que se baseia na racionalidade ocidental, podem melhor favorecer a uma organização do saber em sala de aula. Uma vez que sem essa organização, em vez de proporcionarmos uma aula de filosofia que privilegie um fazer filosofia, estaremos realizando nada mais do que um simples bate papo. No sentido de não estaremos acrescentando nada aos saberes necessários que o estudante precisa para seguir sua vida, seja esta profissional ou convicção própria.

Então, como fazer filosofia em sala de aula se não podemos simplesmente transmitir sua história? Como pensar os assuntos para uma aula de filosofia que possa favorecer um fazer filosofia? E por que responder a essas perguntas são tão importantes para nossa problemática da avaliação do ensino de filosofia? Para isso, o autor nos mostra que o processo metodológico de organização do saber para as aulas de filosofia pode ocorrer de três maneiras distintas: primeiramente se partirmos de temas que tomam a história da Filosofia como centro; segundo podemos ter temas que tomam a História da Filosofia como referência e, por fim, pautar um ensino temático que toma como centro o cotidiano dos alunos, sem se preocuparmos com a História da Filosofia.

Se tratarmos a História da Filosofia como centro não estaríamos entrando em contradição com o problema dos conteúdos que anteriormente vínhamos debatendo? Não. Uma vez que esta proposta toma como base o foco em alguns autores e nas problemáticas que foram desenvolvidas no decorrer de determinados momentos da História da Filosofia e não a transmissão dos conteúdos de uma História através de manuais que visão superficialmente uma história linear e continua.

O intuito é fazer com que os alunos se familiarizem com os problemas e as formas de resoluções tomando como base uma espécie de fio condutor em torno do qual os autores possam ser agrupados, como uma espécie de linha de pensamento que não é linear nem continua. No intuito de facilitar o aprendizado do aluno.



Numa segunda perspectiva, o critério metodológico é tomar temas da filosofia sem se preocuparmos propriamente com sua história, seja de modo cronológico, epistemológico, ou qualquer outro. Por fim, tomar temas que estejam ligados ao dia-a-dia dos estudantes, encontrados no contexto social ao qual se encontram os discentes, isto é, temas ligados a uma realidade específica que os alunos vivenciam todos os dias.

Portanto, é importante reconhecer a pluralidade de escolhas e, sobretudo, ter em vista que uma aula de filosofia não pode ocorrer de forma espontânea. Se não for a partir desses três pontos de vista, pode ser a partir de outros, mas o fato é que esses três pontos sintetizam muito bem uma possível organização metodológica e nos permite a possibilidade de pensar aulas didaticamente estruturadas.

Pois bem, essas três perspectivas trazem alguns pontos que devemos levar em consideração quando falamos do ensino de filosofia, em especial, uma perspectiva que favoreça um fazer filosofia em sala de aula. A escolha de uma dessas formas de organização do saber em sala de aulas tem uma estreita relação com o modo como avaliamos nossos estudantes, uma vez que compreendemos a filosofia como aquela que também desempenha uma função social, no sentido de criticar as regras, os valores que a sociedade cria e tudo aquilo que já é nos dado de alguma forma.

O interessante é proporcionar uma aula como um processo harmonioso que favoreça um ambiente eficaz para o processo de ensino-aprendizagem. O professor que tem em mente o que é filosofia, como trabalhar com ela em sala de aula, como também tenha claro o por que de esta naquela posição, sabe claramente, ou pelo menos terá uma boa noção, seja ela epistêmica, ou pedagógica, do que vem a ser fazer de uma aula de filosofia um fazer filosofia. Para isso, não há formulas prontas, no sentido de estabelecermos determinados parâmetros e termos a certeza que tudo dará certo, o que existe são possibilidades.

A aula filosófica é uma aula que possibilita o exercício do fazer filosofia, mesmo sabendo que esta aula é para estudantes do ensino médio que não tem a pretensão de serem filósofos. Então, uma aula com uma determinada organização do saber em vista de



determinadas funções, colabora para que no momento que o professor deseje verificar se de fato suas expectativas estão sendo alcançadas, o resultado desta avaliação não seja algo inesperado, mas algo que de fato corresponda as suas estimativas. Pois, avaliar nesse sentido também é um ato de traçar parâmetros e comparações, por isso é tão importante a figura do professor.

A pergunta que segue este raciocínio é a seguinte: sabemos agora que temos um aula de filosofia como um fazer filosofia, mas como saber se de fato conseguiremos realizar esse feito? Para responder a esta questão, entraremos num segundo momento do nosso trabalho, pois só sabemos se de fato estamos realizando uma aula assim se constatarmos (entre outras coisas que iremos debater a seguir) que as avaliações desenvolvidas nas aulas de filosofia correspondem as nossas expectativas. Mas o que é avaliação? Como conseguir isso por meio de um processo avaliativo? Será que estamos pensando ela da maneira correta? Será que de fato pensamos? São questões que responderemos no próximo ponto.

A AVALIAÇÃO NO ENSINO DE FILOSOFIA COMO *EXPERIÊNCIA DO PENSAR*

Entendemos que a avaliação em filosofia deve ser pensada no contexto da própria aprendizagem filosófica, nunca como algo estranho a ela. Neste sentido, a avaliação deve ser pensada na própria prática do fazer filosofia. Pois não podemos considerar a avaliação dissociada da aula, no sentido de uma aula expositiva dialogada ser uma coisa e a avaliação outra coisa totalmente distinta.

Para tanto, como pensar a avaliação no ensino de filosofia no ensino médio? Dentro desta implicação está intrínseco um elemento crucial que até então vínhamos fazendo referencia a ele, mas que agora a necessidade de uma abordagem mais concisa, pois ele diz respeito ao nosso pensamento, a atividade do pensar.

Nos propomos anteriormente a pensar como seria uma aula de filosofia, vimos que uma possibilidade está numa aula que propicie um fazer filosofia. Contudo, será que de fato



pensamos isso de uma maneira coerente para que agora possamos estender esse pensamento ao ponto de refletirmos agora sobre a avaliação dentro de uma aula filosófica?

O fato é que deve ser incluso mais um elemento nesse trabalho se de fato queremos trazer significativas reflexões filosóficas. Entendemos até aqui que a aula é um movimento que envolve tanto o aluno quanto o professor e que no fazer filosofia em sala de aula é preciso à realização de um processo avaliativo para constatar se de fato a aula que pensamos anteriormente, metodologicamente e didaticamente, esta sendo efetivada. Contudo, nos propomos a avaliar o pensamento dos estudantes, sem se quer perguntarmos sobre o nosso.

Sobre isso, Kohan (2002) coloca a pergunta: será que de fato pensamos? Nesse mundo contemporâneo, estamos na maioria das vezes nos propondo a pensar as coisas, a pensar o mundo. O professor é tomado como aquele que detém o saber ao passo que a grande parte da sociedade o julga como aquele que desenvolveu um pensamento crítico, diferente dos outros que estão num pensamento comum. Em particular, podemos dizer que o professor de filosofia é tido como o “sábio” pela classe dos outros professores. Podemos encontrar também no próprio objetivo do Ensino de Filosofia no ensino médio no Brasil⁴, segundo vias legislativas, que é obrigação do professor de filosofia desenvolver um pensamento mais crítico e autônomo no estudante.

Mas o fato é: pensamos? Todas estas exigências, cobranças que nos são impostas muitas vezes, pra não dizer sempre, de maneira verticalizada e em meio a tudo, algumas perguntas passam despercebidas, tais como a que Kohan nos propõe: será que pensamos? O que é o pensamento? Como aprendemos a pensar, de modo que hoje podemos ensinar outras pessoas a pensar. Neste sentido, concordamos com o autor, quando ele afirma que “[...] talvez o primeiro passo seja deixar de ensinar tantos pensamentos e tentar aprender, nós mesmos, sim, nós, professores, aprender. Aprender o quê? A pensar” (KOHAN, 2002, p. 34).

⁴ A partir da lei 11.684 de 02 de junho de 2008 o ensino de filosofia passa a ser obrigatório em todas as séries do Ensino Médio. Um componente curricular que ao longo da história do Brasil foi deixado de lado, devido, principalmente e segundo varias abordagens sobre esse tema, a uma medida do governo militar, que não desejava um ensino voltado à reflexão, ao pensamento, mas sim uma educação antidemocrática e voltada para a profissionalização. Hoje, a titulo de exemplo, as finalidades estabelecidas pela LDB, principalmente o inciso III do artigo 35, nos mostra, entre outras coisas que “o aprimoramento do educando como pessoal humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Essas colocações são estendidas ao ensino de filosofia, conforme mostra os PCNs de Filosofia, principalmente no que cerne ao desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo.



Segundo o autor, tanto a filosofia, quanto o ensino da filosofia, deve ser um ato de amor. No sentido de que não devemos considerar o fazer filosofia como uma simples concepção ideológica. Temos que compreendermos e acreditar no ensino de filosofia como aquele processo no qual os indivíduos estão dedicados ao exercício do pensar, não do pensar uma fórmula já dada, como no caso da ciência, não somente o mundo, mas pensar também a si mesmo. Neste sentido, o pensar se caracteriza como aquele questionar sobre nossas convicções e até mesmo sobre o próprio exercício do pensamento. Pensar o próprio exercício do pensar. Romper barreiras, estabelecer novas para que outros possam quebrar.

Em outras palavras, podemos afirmar que o professor não deve ser simplesmente aquele que ensina filosofia, isto é, como já havíamos discutido, o professor não é aquele que transmite um conteúdo que se encontra nos manuais ou em simples aceitações de determinados grupos sociais. Para Kohan, a aula de filosofia deve ser uma experiência do pensamento, contudo, para isso acontecer, não só devemos esperar que os alunos pensem, mas devemos pensar com eles.

De modo que uma aula filosófica seja aquela que aprendemos uns com os outros e não aquela na qual aprendemos dos outros. Pois, a experiência do filosofar em sala de aula é um trabalho de uma longa preparação e dedicação do professor para proporcionar um pensar em parceria com os estudantes que ali se encontram isso extrapolando os ditos comuns que a sociedade vem impondo aos cidadãos.

Cabe-nos uma ressalva, no momento em que o autor escreveu seu texto o ensino de filosofia não tinha entrado no currículo escolar básico, talvez se tivesse ele teria acrescentado, ou retirado, alguns pontos. Porém, ele traz afirmações que mesmo hoje à filosofia se encontra como lei federal, inserida no currículo da educação básica brasileira, podemos constatar vários pontos que demonstram a atualidade do seu pensamento. Como o fato das miséras condições na qual o professor tem que se submeter para poder sobreviver dignamente. A título de exemplo, podemos apontar a falta de uma remuneração adequada, de modo que estimule o professor e lhe der melhores condições para se dedicar ao seu trabalho, como também, a



imensa carga horária a qual somos submetidos.

Sobre esse ponto, o autor expõe que não devemos baixar nossas cabeças e aceitar as miseras condições as quais estamos submetidos. Acreditamos que faz parte do aprendizado e da experiência do pensar tomar um posicionamento político e lutar por melhores condições, até mesmo como um ato de resistência e de possibilidade de mudança.

Abrimos esse rápido parêntese para demonstrarmos que talvez ainda não aprendemos de fato a pensar, principalmente se considerarmos nossa posição política frente as condições a que somos sujeitados constantemente. Contudo, a experiência do pensar em sala de aula, o fazer filosofia, deve considerar também esses aspectos, mas o fato é que devemos nos comprometer a tal tarefa, com garra, ousadia, mas também com amor. O pensamento, o ato de proporcionar uma experiência do pensar em sala de aula, diz respeito também a esse posicionamento político.

Visto isso, temos que ter em mente que quando nos propomos a avaliarmos os alunos, estamos também avaliando a nós mesmos. Devemos contribuir então para que nossas estudantes não se limitem a copiar nossas palavras, sem criatividade, sem um posicionamento próprio. A experiência de muitos professores em sala nos mostra que mesmo quando chegarmos a considerar certo posicionamento como insignificante, temos que ter em mente que nossos posicionamentos, enquanto professores, muitas vezes também são insignificantes.

Com isso queremos dizer também que uma aula de filosofia é também um reconhecimento da diferença. Sayão ao debater sobre algumas das inúmeras crises que o mundo contemporâneo esta inserido, menciona a possibilidade de novos territórios abertos ao diferente. Segundo ele, não devemos nos fecharmos sobre nós mesmos, pelo contrário, devemos pensar num projeto de humanização pautado pelo descentramento e pelo reconhecimento da finitude, da singularidade e da diversidade dos indivíduos que se encontram no mundo.

Pois bem, ao longo disso tudo que debatemos, chegamos a considerar que o processo de avaliação deve favorecer a esse pensar, isto é, a um pensar que desterritorialize o aluno,

para uma redeterritorialização⁵. Se não se abirmos para tal possibilidade, constataremos que a aula então foi mais um meio no qual o aluno desenvolva mais limitações e mais bloqueios no que tange ao respeito das diferenças entre os seres humanos. Neste sentido, vale pensarmos então numa avaliação que nos permita questionar os resultados que foram obtidos na aprendizagem, tanto do aluno quanto nossa, enquanto facilitadores do processo de ensino-aprendizagem.

Sabemos que são poucas as pesquisas que tratam sobre a problemática da avaliação no ensino de filosofia. Contudo, consideramos o texto de Marçal (2011, p. 102), principalmente quando a autores expõe que “surge um dilema para o professor: como “medir” a aprendizagem de seu aluno, se o critério é a possibilidade da opinião pessoal, a dita subjetividade?”. De fato este é um problema uma vez que o processo avaliativo torna-se uma espécie de comparativo com o que esperamos que os alunos aprendam e não conseguimos verificar o que de fato ele aprenderam.

Porém, a partir das nossas considerações anteriores, podemos afirmar que esta questão da subjetividade no processo avaliativo é mais um mito construído, do que uma questão que se deva se debruçar sobre ela. Pois, o teor subjetivo está no peso relativo dado pelo próprio professor aos níveis de acerto de seus alunos, isso quebra com a ideia que muitos alunos têm ao afirmarem que pode colocar qualquer coisa na prova que o professor vai considerar como certo.

Então, concordamos com a autora quando ela afirma que o processo avaliativo do ensino no ensino de filosofia deve privilegiar o “A criatividade e as perspectivas de cada aluno” (MARÇAL, 2011, p. 103). Desse modo, seja ele por meio da submissão de um trabalho escrito ou oral, o professor é que deve constatar o resultado e se de fato sua aula atendeu a sua expectativa quando for verificado o processo de aprendizagem dentro da particularidade de cada aluno e dos seus próprios desenvolvimentos.

Hoje, outro ponto importante são as questões das notas. A maioria dos estudantes não se preocupam com o conhecimento que estão adquirindo nas aulas, com o que estão

⁵ Temos utilizados pelo pensador Gilles Deleuzes . Sem adentrar muito nesse tema, utilizamos tais termos para mostrar que num ambiente de sala de aula, deve haver um deslocamento do posicionamento do estudante frente ao mundo que ele vive, como também sobre se mesmo. Lógico que Deleuze quando mencionou esses termos não estava fazendo referencia a isso, contudo, que fique claro que estamos realizando apenas hipóteses.



aprendendo em cada aula, seus interesses se voltam para suas notas e a possibilidade de serem aprovados ao término do ano letivo. Neste caso, a autora coloca que “as notas, como há muito já se sabe, são dispositivos que apontam os “melhores” e definem a maioria como medíocre” (*idem*). Assim, cabe ao professor verificar o desenvolvimento de cada em particular e não se preocupar com as notas, mas sim com o pensamento individual do aluno, segundo seus próprios parâmetros e sempre abertos a novas perspectivas, uma vez que se não houver um resultado satisfatório que ele mesmo possa desenvolver outra metodologia ou forma de ajudar o aluno a aprender.

A avaliação deve consistir na observação do professor a forma na qual o aluno está desenvolvendo seu posicionamento argumentativo, seja ele escrito ou oral. Para isso, alguns atribuem trabalhos dissertativos, outros provas orais, individuais ou coletivas, contudo, e não entra no mérito do nosso trabalho discorrer sobre como isso deve ser cobrado em termos específicos, o que deve estar em vista é o processo do fazer filosofia e da experiência do pensamento. De modo que a aula num todo é um processo avaliativo. Logicamente que deve haver um momento específico para uma avaliação mais precisa, mesmo assim se espera que esse sirva apenas para confirmar que todo processo do ensino de filosofia está correspondendo às expectativas.

Portanto, os critérios de avaliação diferenciam-se de professor para professor, de metodologia para metodologia, e assim por diante. Pois, assim como não há uma fórmula para uma aula eficaz de filosofia, também não há uma para seu processo avaliativo. O que pretendemos ao longo desse trabalho foi mostrar algumas das possibilidades que podem ser aderidas e, principalmente, serem pensadas para uma prática em sala de aula do professor-filósofo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação no século XXI exige o desenvolvimento de novas competências, habilidades, saberes, como também novos paradigmas como o que nos propomos a pensar nesse trabalho. Entendemos algumas das várias problemáticas que podem ser colocadas a partir de algumas de nossas colocações. Contudo, faz parte da experiência do pensar sempre está disposto a receber críticas e novas questões, até como uma forma de desenvolver nosso modo de ver o mundo, como também a maneira como olhamos para nós mesmo.

Portanto, se será possível desenvolver um processo avaliativo intrínseco ao exercício do fazer filosofia e da experiência do pensar no ensino de filosofia, de fato não sabemos. Como afirmamos ao longo desse trabalho, aqui lançamos possibilidades, mas acreditamos que sim. Não há formulas prontas, o filosofar é uma prática que requer um aprendizado constante, paciência e dedicação, como também afeição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 14 Fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso 14 Fev. 2015.

HORN. G. B. **A organização do saber filosófico em sala de aula**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

KOHAN, W. O. Perspectivas atuais para o Ensino de Filosofia no Brasil. In: FÁVERO, A.A.; RAUBER, J.J.; KOHAN, W.O. (Org.). **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002, p. 20 - 40.



MARÇAL, Kátiuska Izaguirry. Aula de Filosofia e avaliação. Educação em Revista, Marília, v.12, n.1, p.97-108, Jan.-Jun., 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/1540>>. Acesso em 17 Fev. 2015.